

PREÂMBULO

AS VÁRIAS CULTURAS NA FORMAÇÃO DO POVO BRASILEIRO

A imensa maioria da população brasileira tem em sua genética o sangue indígena e o negro, este em especial com maior preponderância. Somos uma nação multicultural e pluriétnica, cabendo-nos aprofundar o olhar sobre nossas heranças e reconhecer o papel de ameríndios e afrodescendentes, bem como o de imigrantes (europeus, asiáticos, latinos e outros) em nossa cultura e trajetória social-nacional. Os indígenas, diz-se em torno de 3 milhões à época de Cabral, naturais da terra, foram praticamente massacrados pelos colonizadores; os negros, trazidos compulsoriamente de diferentes regiões da África, para aqui servirem principalmente nas atividades de mineração e lavoura (exploração de recursos naturais da Colônia). Calcula-se que 5 milhões de negros, arrancados impiedosamente do solo africano, durante a vigência da escravidão, cruzaram o Atlântico rumo ao Brasil.

No seio da terra brasileira, mesclar-se-iam as três raças, consignando os traços e raízes de nossa identidade, sendo que as influências indígena e negra viram-se subjugadas por tempos, por uma visão cultural eurocêntrica, exposta como “superior”. Esforços vem sendo feitos no sentido de incorporar/reconhecer o valor dessas culturas, em especial a negra. A Lei n. 10639, de 09/01/2003, determina em seu artigo 26 e incisos, a obrigatoriedade nas escolas públicas e privadas do “estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil. Os conteúdos referentes à História e Cultura Afrobrasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar em especial nas áreas de Educação Artística, de Literatura e História brasileira”.

Um importante passo, inquestionavelmente, no sentido de resgate, redescoberta e reconhecimento da identidade africana e da cultura afrodescendente nos mais variados segmentos – literatura, música, culinária, artes cênicas, artes plásticas, ciências, medicina, jornalismo, diplomacia, política, religião, em que a escola prima por ser ambiente propício para a aprendizagem e convivência social. A nível e na ambiência escolar, possibilita-se o desenvolvimento e desempenho de valores fundamentais para a conscientização étnico-racial, mediante atividades diversas, compreendendo e valorizando a diversidade, a pluralidade sociocultural, o respeito ao outro e a si próprio, a superação de conflitos, a integração, o estímulo e favorecimento de convivência respeitosa e da construção do exercício pleno da cidadania.

Importante nos afirmarmos como um povo multiforme, múltiplo, de ancestralidades a se irmanarem, a se fundirem, no incremento à educação, valorização de nossos princípios constitutivos, na busca por uma sociedade digna, livre, com a conquista integral de direitos. Instituições como a escola, por ser o grande estádio da convivência, do compartilhamento, da democracia, tornam-se essenciais em nossos esforços e anseios por uma sociedade integrada, reconhecedora e valorizadora de suas raízes e de seus filhos.

João Lúcio Brandão: vida interiorana, literatura e polêmica

Entre Ouro Fino e Belo Horizonte, João Lúcio Brandão passou por São Tiago. Entre uma série de livros didáticos, assinou “Pontes & Cia”. Exatamente por isso, é lembrado como o intelectual que fez morada no Campo das Vertentes, conheceu costumes, conviveu com personagens e os levou para páginas de um impresso. Tão fortes quanto sua importância literária, porém, foram os celeumas que acabou criando.



Pág. 04

A ambiguidade de Padre José Manoel

Um devoto sacerdote ou um minerador proprietário de escravos? Um apoiador da Conjuração Mineira ou um defensor da Coroa Portuguesa? A ambiguidade e a dúvida cercam a biografia do Padre José Manoel da Rosa Ribeiro, proprietário da Fazenda das Gamelas. E enquanto respostas concretas não surgem, um dossiê sobre ele ajuda a entender grandes interrogações permeadas por muita história local.

Pág. 06

O poder da (boa) publicidade

Imagine a seguinte cena: um homem, desesperado para vender um sítio, pede ajuda a um poeta na redação do anúncio. O que acontece a seguir? Isso você descobre em texto especial publicado em “Mensagem para você”. Há quem jure que essa situação de fato ocorreu – e que quem assinou o texto foi um renomado escritor brasileiro.

Pág. 15

ADIVINHAS

- 1- Qual o pé que é mais rápido?
- 2- O que é, o que é? Que não se come, mas é bom para se comer?
- 3- O que é que nos podem tirar antes de termos?
- 4- O que é, o que é, comprido como uma estrada mas cabe numa mão fechada?

Respostas: 1- O pé-de-vento, 2- Talher, 3- A fotografia, 4- O novelo de lã

Provérbios e Adágios

- Conselho de vinho faz errar o caminho
- Mais pessoas se afogam no copo do que no mar
- Verdades há que amargam como o fel, e mentiras doces como o mel.
- A verdade é como o sal na ferida; arde, mas não deixa apodrecer



Para refletir

• A neve e as tempestades matam as flores, mas nada podem contra as sementes.

(Khalil Gibran)

• O medo nos governa. Essa é uma das ferramentas de que se valem os poderosos; a outra é a violência.

(Eduardo Galeano)

• É fácil fugir de nossas responsabilidades, mas não podemos evitar as consequências de nossa irresponsabilidade.

(Sir Josiah Stamp, banqueiro inglês, 1920)

EXPEDIENTE

QUEM SOMOS:

O boletim é uma iniciativa independente, voluntária, necessitando de apoio de todos os São-Tiaguenses, amigos de São Tiago e pessoas comprometidas com o processo e desenvolvimento de nossa região. Contribua conosco, pois somos a soma de todos os esforços e estamos contando com o seu.

Comissão/Redação: Adriana de Paula Sampaio Martins, Elisa Cibele Coelho, João Pinto de Oliveira, Paulo Melo.

Coordenação: Ana Clara de Paula

Revisão: Heloisa Helena V. Reis Oliveira e Mariane Carla Fonseca.

Colaboração: Marcus Antônio Santiago; Instituto hist. Geográfico de São Tiago.

Apoio: Leticia Stefany dos Santos Santiago

E-mail: credivertentes@sicoobcredivertentes.com.br

COMO FALAR CONOSCO:

BANCO DE DADOS CULTURAIS/INSTITUTO SÃO TIAGO APÓSTOLO

Rua São José, nº 461/A - Centro

São Tiago/MG - CEP: 36.350-000

Celular: (32) 9 9912-2254 (hor. comerc.) Tel.: (32) 3376-1286

Falar com Leticia Stefany dos Santos Santiago

AO PÉ DA FOGUEIRA O CAPINADOR

O trecho do pomar abaixo da represa – que fazia mover, seca e água, o moinho e monjolos da velha fazenda – sujara-se bastante. Embiris, marmelada, urtigas tomaram conta desavergonhadamente ali, expondo os donos ao escárnio, porquanto ali era estrada de cavaleiros.

Passada a época chuvosa, a enchente das goiabas ocorrera há umas duas semanas, já entrada de outono, o proprietário mandara capinar o talhão. Serviço inadiável, pois cobras, às dúzias, tinham aparecido pela área.

Contratado o trabalhador, explicado in loco o serviço pelo patrão e com as admoestações rotineiras: capinar até próxima a margem do córrego, no entorno da represa, cuidados com cobras e espinhos.

O patrão retira-se dali, pois tinha outras atividades de imediato na fazenda, aguardado já pelos peões para vistoria de uma partida de gado, recém chegada ao curral. Dá umas cem passadas, quinta acima: lembra-se de que uma pata estava chocando e decerto já com patinhos, em ninho próximo ao local onde o capinador iniciara a tarefa. A patroa acompanhava a ninhagem com todo xodó.

Esquecera-se de alertar o enxadeiro a esse respeito. Retornou a passos largos. Questão de três, quatro minutos. O trecho do ninho achava-se já capinado. Pode perceber ainda o homem lançar terra e touceiras celeremente sobre o local do ninho, posicionando-se sobre ele, escondendo algo.

- Esqueci-me de lhe dizer que há um ninho de pata aí...

- Pata?!.. Ninho de quê?!...

- Dá licença... diz o proprietário, mandando o lavrador sair daquele ponto

Para seu assombro, ao remexer a terra, da pata e filhotes recém nascidos, restavam tão somente penas e corpos estraçalhados...

(Fonte: Sr. Job Viana, de saudosa memória)



Realização:



Patrocínio:



Apoio Cultural:





Abertura dos Portos

Um dos eventos mais significativos da história brasileira foi a abertura dos portos, por força de decreto promulgado pelo príncipe regente D. João VI aos 28 de janeiro de 1808, em Salvador, quatro dias após sua chegada ao Brasil, juntamente com a família real e a nobreza portuguesa⁽¹⁾. Esse decreto (carta régia) abriu os portos do Brasil às nações amigas de Portugal (leia-se Grã-Bretanha), com as quais o reino português mantinha relações diplomáticas.

De acordo com esse decreto, os produtos britânicos podiam entrar com taxas alfandegárias (impostos de importação) reduzidas, enquanto para outros países (não amigos) as taxas eram bem mais elevadas. As principais consequências da Abertura dos Portos foram: I. o fim do monopólio colonial (até aquela data somente produtos portugueses poderiam entrar no Brasil, bem como produtos brasileiros somente poderiam ser comercializados com Portugal);

II. As vantagens concedidas aos comerciantes britânicos faria aumentar consideravelmente a dependência do Brasil com relação à Grã-Bretanha;

III. A entrada de produtos britânicos dificultaria sobremaneira as indústrias brasileiras (estas tinham que concorrer em desvantagem com os produtos britânicos, que detinham inúmeras vantagens alfandegárias);

IV. A entrada de diversos tipos de produtos britânicos, a maioria supérflua ou exótica, sem relação com as necessidades dos consumidores brasileiros.

A carta régia marcou, pois, o fim do pacto colonial ou do monopólio metropolitano, liberando o Brasil quanto à importação de matérias primas, bem como exportação de produtos, que, à época, inícios do século XIX, correspondia a 2/3 das exportações dos produtos portugueses (ou seja, na verdade, Portugal reexportava os produtos brasileiros que passavam obrigatoriamente pelas alfândegas da metrópole).

D. João VI, em sua decisão quanto à abertura dos portos, teria acolhido a opinião de assessores, dentre eles José da Silva Lisboa, baiano formado em Coimbra e pioneiro da divulgação do pensamento de Adam Smith no mundo lusitano e ainda do governador da Bahia, Conde da Ponte, que relatara ao Príncipe Regente as condições desesperadoras da colônia, impossibilitada de exportar, devido a invasão e embargo franceses a Portugal. Os armazéns baianos e de praticamente todo o País, a época achavam-se abarrotados de fumo, açúcar, dentre tantos produtos, sem condições de exportação, dado o bloqueio dos portos europeus.

Em 1810, o governo real firmaria o Tratado de Comércio e Navegação com a Inglaterra

NOTAS

(1) *A corte portuguesa viu-se forçada a vir para o Brasil, ante a invasão pelo Portugal pelo exército napoleônico. No trajeto entre Lisboa e Salvador, a família real e toda a comitiva foram escoltados pela esquadra britânica, aliado histórico de Portugal.*

Capelões de São Tiago

Pe JOAQUIM TOMÁS RIBEIRO

Em sua “Notícia Histórica do Município de São Tiago”, Augusto das Chagas Viegas faz menção ao Pe. Joaquim Tomás Ribeiro, que exerceu as funções de capelão substituto da capelania de São Tiago, no período de 1803 e 1804.

O Pe. Joaquim Tomás Ribeiro era filho (o 8º dentre os 11) de José Ribeiro de Miranda e Maria Antonia de Santa Rosa. Seu pai, José Ribeiro de Miranda, era natural da freguesia de Santo Estevão de Via Longa, patriarcado de Lisboa, filho, por sua vez, de Domingos Ribeiro de Miranda (natural da freguesia dos Anjos, cidade de Lisboa) e de Joana Maria (natural da freguesia de Nossa Senhora da Assunção de Via Longa, termo da mesma cidade). Sua mãe, Maria Antonia de Santa Rosa, era natural da Ilha das Flores, bispado de Angra, filha de Pascoal Fraga Coelho e Maria Pimentel de Mesquita (ou São João), ambos naturais da freguesia de Santa Cruz da Ilha das Flores.

O casal José Ribeiro de Miranda e Maria Antônia de Santa Rosa tiveram os seguintes filhos:

I – Antônia Margarida;

II – Teresa Joaquina Tomásia de Miranda, batizada em 18/08/1754 na matriz de São José (Tiradentes), casada aos 29/06/1796 com o Cap. João Rodrigues de Faria (viúvo de Maria Isabel da Rocha), filho de João Rodrigues de Faria e Izabel do Rosário, neto paterno de Antonio Rodrigues da Costa e Águeda Rodrigues de Faria, neto materno de Lourenço Vieira Pimentel e Izabel Cardoso;

III – José Antonio Ribeiro de Miranda;

IV – Joaquina Rosa Tomásia, batizada aos 20/06/1756 na matriz de São José Del-Rei;

V – Manoel, batizado aos 01/10/1758;

VI – Fernando, batizado aos 23/11/1760;

VII – Maria Antonia Tomásia de Miranda c/c o Dr. José Antônio Rodrigues Rego;

VIII – Joaquim Tomás Ribeiro;

IX – João Tomás Ribeiro de Miranda, padre, 3º testamenteiro de seu tio materno Antônio da Fraga Pimentel;

X – Luiza Clara de São José;

XI – Josefa.

O Pe. Joaquim Tomás Ribeiro foi 2º testamenteiro de seu tio materno Antonio de Fraga Pimentel. Aparece como padrinho de batismo de seu sobrinho Fernando José Rodrigues Rego batizado aos 30/09/1790 na matriz de São José Del-Rei.

Sobre o Pe. Joaquim Tomás Ribeiro e outros abnegados sacerdotes capelões que serviram à Capela de São Tiago, desde a construção da capela (1761) a 1855 (instalação da paróquia) ver matéria em nosso boletim nº. CXXIII, dezembro/2017.

JOÃO LÚCIO BRANDÃO

O autor de 'PONTES & CIA' Romance ambientado em São Tiago

70 anos de falecimento



João Lúcio Brandão quando jovem

João Lúcio Brandão, renomado intelectual mineiro, nasceu em Ouro Fino, MG, aos 15/04/1875 e falecido em Belo Horizonte aos 10/04/1948. Romancista, poeta, contista, jornalista, advogado, educador, farmacêutico, coautor do “Hino a Minas Gerais”, muito executado nas instituições educacionais do Estado e em eventos cívicos ao longo do século XX.

Era filho de Martiniano de Paula Brandão e D^a Adelaide Augusta de Paiva Brandão, principiou seus estudos em sua terra natal e aos 15 anos foi levado para Londres por um tio, oficial da Marinha, onde permaneceu até 1892, estudando, nesse período, no Sunny Hill School Streatham. Retornando ao Brasil, realizou seus estudos preparatórios em São Paulo. Formou-se em Farmácia em 1895 pela Escola de Ouro Preto. Tentou a profissão no interior de Minas, estabelecendo-se em São Tiago por algum período (1896 a 1900 aproximadamente, segundo a oralidade) Rumando para São Paulo, em inícios do século XX, ingressou no jornalismo, área de sua atuação, pois havia trabalhado na “Gazeta de Ouro Fino” dirigida por seu amigo Joaquim Pitaguary e ainda em outros jornais mineiros. Trabalhou no “Comércio de São Paulo” ao lado de Eduardo Prado, Afonso Arinos e tantos outros intelectuais de renome. Em 1909, obteve o cargo de Inspetor Técnico do Ensino em Minas Gerais, à época da reforma de ensino primário idealizada pelo governador João Pinheiro, cargo que lhe facilitaria o estudo e especialização em assuntos educacionais.

Um dos sócios-fundadores da Academia Mineira de Letras, titular da cadeira 24, cuja patronesse é Bárbara Heliodora. Chegou à presidência da Academia (AML) entre 1927/1928. Em 1911, é nomeado diretor de Contabilidade da Prefeitura de Belo Horizonte. Em 1927, assumiu as funções de Secretário da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, cargo em que permaneceu até sua aposentadoria em 1944. Nesse mesmo ano, diplomou-se em Direito, concluindo o curso que havia iniciado em sua mocidade em São Paulo.

Casado com D^a Luisa de Fonseca Brandão, tendo o casal 7 filhos. Faleceu aos 73 anos, tendo seu nome dado a uma rua em sua terra natal (Ouro Fino) e a outra no bairro do Prado, na capital mineira, a rua Doutor João Lúcio Brandão. Escritor conceituado e premiado, deixou as seguintes obras:

- Lápides (poesia – 1903)
- Pontes & Cia (romance-novela – 1^a edição em 1912 e a 2^a edição em 1944) Premiado em 2^o lugar na categoria romance pela Academia Brasileira de Letras, comissão formada por Carlos de Laet, Salvador de Mendonça e Paulo Barreto
- Bom Viver (romance-novela 1917)
- A Flor de uma Raça (romance-novela 1930).

Como autor de livros didáticos, escreveu: O Livro de Elza (1918), Os Bonecos de Violeta, O Livro de Violeta, O Livro de Ildeu, O Livro de Zezé, todos nomes de seus primeiros filhos, respectivamente para o 3^o, 2^o, 4^o e 1^o anos escolares e que passaram a ser editados pela Livraria Francisco Alves a partir de 1925. Todos foram adotados com estrondoso sucesso nos grupos escolares de Minas Gerais (programa de ensino primário elementar do Estado) e nas escolas públicas de quase todo o País, em especial o Rio de Janeiro (então Distrito Federal), Santa Catarina e Paraná.

Publicou ainda os livros de leitura “As Minhas Férias”, “O Bom Semeador” para o 2^o e 3^o anos das escolas rurais e de aprendizado agrícola e que igualmente seriam adotados, quase que unanimemente, nos estabelecimentos de ensino de Minas Gerais. Em 1939, atendendo requisição do Ministério da Agricultura, escreveu os livros “Pá, Pé e o Papão”, “Na Fazenda” e “Promissão” respectivamente para os 1^o, 2^o e 3^o anos, destinados aos currículos das escolas agrícolas, sendo oficialmente premiado com menção honrosa. Deixou inéditas as obras: “Malandrino” e “Aventuras do Grilo”, ambas infanto-juvenis e o romance “Tião Barunda”, dedicado ao seu amigo Amadeu de Queiroz.

João Lúcio Brandão e São Tiago

Além de constar em sua biografia, a presença do ilustre escritor em São Tiago é comprovada documentalmente entre nós, dada sua participação em bancas examinadoras de alunos concluintes (conforme constante nos arquivos da Escola Estadual “Afonso Pena Júnior” de nossa cidade). Há que se pesquisar igualmente cartórios e arquivos eclesiásticos. A oralidade igualmente registra sua presença em nosso meio, em especial pessoas mais idosas, embora passados mais de um século de sua estadia na localidade⁽¹⁾.

Seu livro de costumes mineiros “Pontes & Cia” é nitidamente ambientado em nosso meio (São Tiago). Quase todas as personagens, ainda que vistas sob a ótica ficcional, são estereótipos de moradores locais do final do século XIX. João Botica (Cap. João Pereira), o padre (Pe. Julio José Ferreira), o escrivão (Cassiano Dias da Fonseca), D^a Tudinha (Gertrudes Mendes, senhora de todos conhecida à época) José Pontes, o português etc⁽²⁾. Aborda, ademais, as rixas entre jagunços e canjerês, dois tradicionais grupos políticos da época em nosso meio.

A passagem de João Lúcio Brandão entre nós, em função de sua obra com personagens caricaturados, depreciados, geraria uma certa “antipatia” ou “rejeição” para com o autor, o que se propagaria por tempos, tido como alguém que denegrira a terra que tão bem o recebera e aos seus moradores, em especial mulheres.

NOTAS

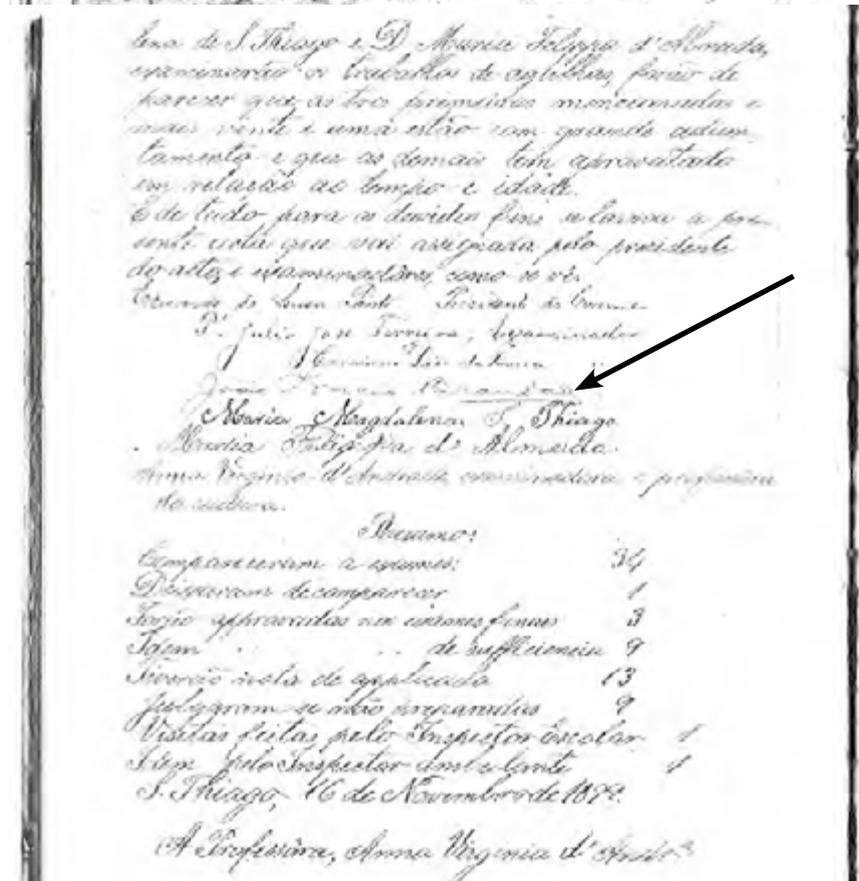
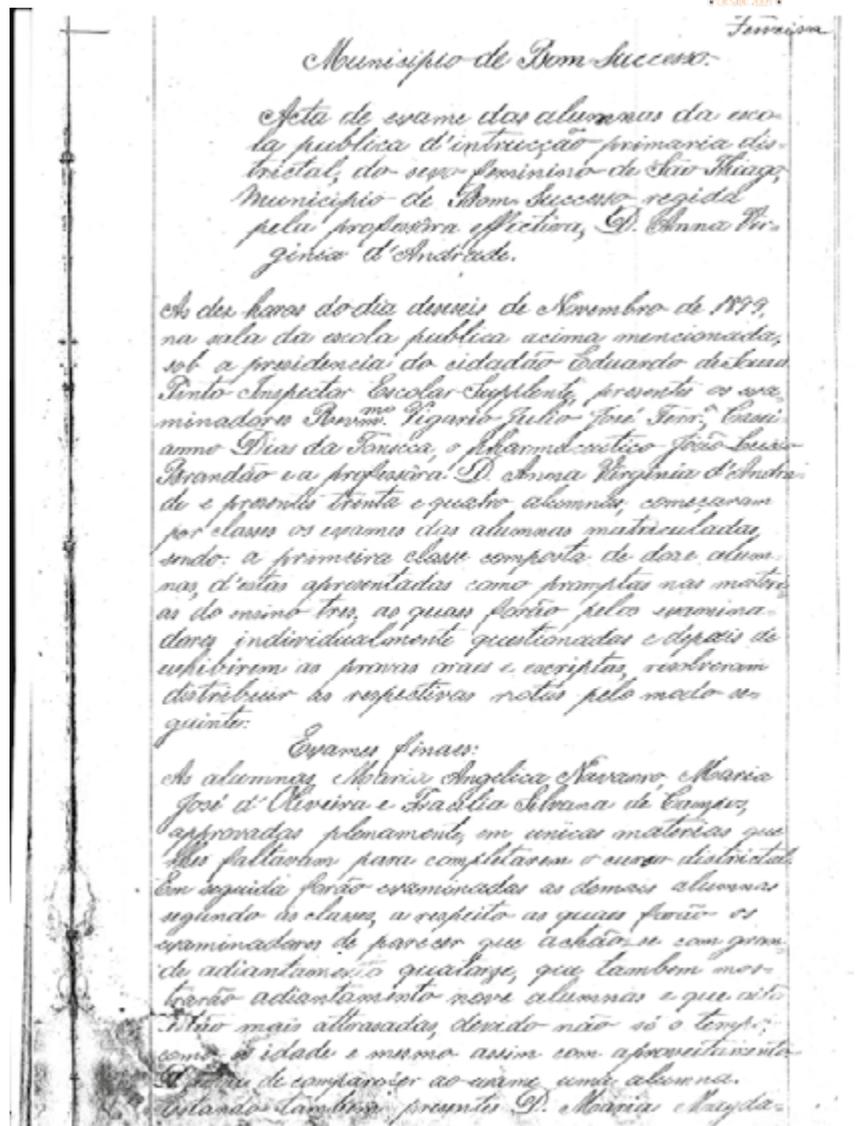
(1) O sr. Miguel Arcanjo (Miguel da Isméria – 08/05/1922-06/08/1992), músico e antigo funcionário da Prefeitura Municipal, informava, quando abordado, que sua família foram proprietária de grosso e pesado armário, em madeira de lei (peroba), e que pertencera a João Lúcio Brandão, provavelmente de uso em sua farmácia, havendo uma inscrição a esse respeito no móvel (“Pertence a João Lúcio Brandão – 1898). O armário foi vendido, na década de 1950, mais precisamente em 1957, a um antiquário paulista.

(2) A sociedade tinha formas de declinar os forasteiros como “português”, “galego”, “cigano”, “cometa”. O termo “cigano” era depreciativo, legado a pessoas sem origem ou procedência definida.

A oralidade local faz referência a um comerciante português, por sobrenome Pimenta, proprietário de um empório na Praça da Matriz, provavelmente o personagem “Pontes” onde hoje se situa o Ed. São José.

Sobre João Lúcio Brandão ver matéria em nosso boletim n. XXVII, dezembro/2009 e ainda a Revista Vertentes Cultural n. 5, junho/2017.

Nossos agradecimentos para a produção da presente matéria ao nosso conterrâneo Dr. José Tarcísio de Oliveira e ao Dr. José Cláudio da Fonseca Brandão, neto do escritor, residente em BH.



Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro

O célebre proprietário da Fazenda das Gamelas

Uma das mais intrigantes figuras da história local-regional, Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro (1740-1826), além de sacerdote, foi fazendeiro, minerador, proprietário da Fazenda das Gamelas, legando à posteridade uma aura de enigmas, lendas, quando não de obscuridades e elucubrações. Deixou uma biografia ambígua, alegórica quase, em especial por ser sacerdote-minerador, como dezenas de eclesiásticos à época, vivendo, ademais, os turbulentos tempos da Inconfidência Mineira. Para alguns, segundo a rica oralidade que lhe cerca a memória, seria ele simpatizante da Conjuração; para outros um aliado dos esbirros coloniais. Ao que parece, neutro, navegando ao largo das tormentosas ondas de então. O morro da Vigia, nas proximidades da cidade, que compunha os domínios de sua vasta propriedade, seria um exemplo dessa dubiedade: consoante algumas fontes, ali Pe. José Manoel postava escravos e sentinelas, a fim de vigiarem a presença de estranhos e em especial de fiscais do Erário Real; para outros, dali os beaguins, a serviço da Coroa, vigiavam as atividades mineradoras da propriedade, no intuito de coibir o extravio de ouro, além de monitorarem os passos do arguto sacerdote. Dai o pitoresco nome “Morro da Vigia”.

As tonalidades do imaginário, sedimentadas por séculos, acabam por tingir, toldar a realidade, cujas lentes, embebidas em fantasmas, fantasias, ganham consistência, solidez, quando não a expressão da verdade, tornando-se assim, difícil uma ruptura entre o fato e a lenda. E que, tão somente, pesquisas amplificadas poderão dar luz ao real.

Segundo ainda a oralidade local – e assim se celebrou – Pe. José Manoel fora próspero fazendeiro, com vários escravos, com lavouras diversificadas e explorando ouro em suas terras e adjacências. A fértil imaginação e tradição oral rezam que Pe. José Manoel deixara, escondidos, imensos tesouros em ouro, acondicionados em tachos – daí durante séculos e ainda hoje, incautos, forasteiros e aventureiros buscarem descobrir tais míticas riquezas. Escavações, betas, acampamentos, relatos de buscas frenéticas, incluindo sessões de invocação do espírito de Pe. José Manoel e de seus fiéis escravos por parte de embusteiros (a fim de informarem o local exato do tesouro ocultado) constam do imaginário e do real, embalando as conversas de moradores. Há informações de que aventureiros e invocadores foram burlados, dali alguns saindo enlouquecidos ao ensejo das rumorosas sessões mediúnicas e há quem diga que certa família local (com ramificações em Oliveira), que se movimentara ali por tempos, teria descoberto algo e assim se enriquecido com o “tesouro” guardado por Pe. José Manoel (e/ou por seus escravos). Afirma ainda a oralidade que Pe. José Manoel mandara confeccionar um cacho de bananas em miniatura e dois pares de ferraduras, com respectivos cravos, enviando-os de presente ao Vice-Rei de Portugal no Rio de Janeiro. Dai as desconfianças das autoridades com relação ao singular sacerdote-minerador.

Ante a profusão de mitos e cogitações fantasiosas que lhe cercam a existência, torna-se até difícil para memorialistas e historiadores acompanharem-lhe os passos. Augusto das Chagas Viegas em “Notícia Histórica do Município de São Tiago”, Cap. II – Primeiros tempos do povoado – capelães e vigários”,

informa sinteticamente: “Seguiu-se-lhe (ao Pe. Joaquim Pinto da Silveira, 1º capelão de São Tiago) o Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro, a quem, por fins de 1779, foi confiada a capelania, que ocupou até julho de 1791, sendo também, que, em anos posteriores, por vezes (1805, 1807, 1810, 1813 e 1816), com licença, prestou assistência aos fiéis desta circunscrição” (op. cit. págs. 13/14)

Na antiga escola primária (com que saudades e gratidão lembramo-nos das explanações de nossa notável mestra, D^a Rosália Alice de Carvalho) era-nos dito, ao se focar a história do município, que Pe. José Manoel, um dos primeiros capelães locais, residia na Fazenda das Gamelas, deslocando-se até o arraial, aos domingos e dias santos, para a celebração da missa e ofícios religiosos.

A figura de Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro é, por conseguinte, uma das mais intrigantes, controvertidas e enigmáticas da história – e em especial da oralidade - local, legando uma imagem lendária, mítica, senão nebulosa e ao que se deduz, sem o devido respaldo documental que hoje dispomos sobre o mesmo (De Genere, Testamento e Inventário) Os disparatados e por vezes desarrazoados assuntos (“causos”, narrativas e lendas) que circulam vivos, ainda hoje, sobre sua figura parecem-nos insustentáveis ou pelo menos exacerbados, mormente quando confrontados com seu testamento e inventário, dada a fértil e febril imaginação popular. Não seria um homem rico e excêntrico como lhe atribuí a oralidade, pois no final da existência, alforriara todos os escravos, legando seus bens e a propriedade (Fazenda das Gamelas) aos sobrinhos e cujo inventário se arrastaria por longos anos (entre 1826 e 1848).

Registramos, por curiosidade, segundo a oralidade, que Pe. José Manoel mantinha largo e sólido relacionamento de amizade e comercial com o casal Manoel de Araújo Sampaio e D^a Micaela Maria Gonçalves de Araújo, proprietários da Fazenda da Galga (hoje denominado “Micaela”) no município de Resende Costa.

A Fazenda das Gamelas – sede e algumas áreas remanescentes - foi adquirida por volta de 1880 pelo Cel. Joaquim Carlos de Campos (“Joaquim da Vigia”), oriundo de Ibertioga, um dos patriarcas da família Campos em nosso meio. Além do sr. Joaquim, vieram mais dois irmãos. A Fazenda ainda hoje permanece sob domínio familiar, pertencente ao sr. Ernãne Campos, neto do sr. Joaquim Carlos Campos.



Testamento

Em seu testamento (Cx. 112 – IPHAN/SJDR, transcrição feita pela pesquisadora e historiadora Edriana Aparecida Nolasco), redigido na Fazenda das Gmelas, datado de 08/07/1820, Pe. José Manoel declara, no introito: “Sou natural da freguesia de São João Del Rei, filho legítimo de José Ribeiro de Carvalho e Inácia Caetana de Souza, já falecidos e não tenho herdeiros forçados ascendentes ou descendentes.” Como testamenteiro(s), Pe. José Manoel deixou, seguindo a ordem de nomeação, em 1º lugar, seu sobrinho José Marçal da Rosa Ribeiro⁽¹⁾; em 2º lugar, Joaquim Mariano Ribeiro e em 3º lugar Antônio Gregório de Mesquita. Seu testamento foi aberto aos 11/09/1826 pelo Pe. José Mendes dos Santos. O inventário de seus bens acha-se arquivado na Cx. 34-214, IPHAN/SJDR, ano 1826, tendo sido encerrado em 26/08/1848⁽²⁾.

Seus pais, José Ribeiro de Carvalho e Inácia Caetana de Souza casaram-se em 1739 na Capela de São Gonçalo do Brumado (Caburu). José Ribeiro de Carvalho era natural do Arcebispado de Braga, filho de Pedro João e Maria Coelho. D^a Inácia Caetana de Souza era natural da freguesia de Corpo Santo, Olinda, Pernambuco, filha de José da Costa Fialho e Maria de Souza Delgado⁽³⁾.

O casal José Ribeiro de Carvalho e Inácia Caetana de Souza tiveram os filhos:

I – (Pe.) José Manoel, primogênito, batizado aos 31/05/1740 na Capela de S. Gonçalo do Brumado, sendo padrinhos o Vig. da Vara, Dr. Manoel Rosa Coutinho e D^a Maria de Souza;

II – Maria, batizada aos 27/05/1743 na Capela de S. Gonçalo do Brumado;

III – Antonio, batizado aos 21/01/1746;

IV – Joaquim, batizado aos 04/10/1747;

V – Inácia, batizada aos 17/10/1751;

VI – Francisco Xavier da Costa Ribeiro, c/c Josefa Maria da Conceição;

VII – Esméria Clara de Santa Rosa, batizada aos 16/06/1758, c/c Lourenço Ribeiro de Brito.

(Fonte: Projeto Compartilhar – José da Costa Fialho).

Notas

(1) O inventariante, Alferes José Marçal da Rosa Ribeiro, conforme sua menção no inventário, era casado com D^a Isabel Felícia de Moraes e Castro, residindo o casal no Distrito de Senhora do Carmo do Pará, Termo da Vila de Pitanguí, Comarca da cidade do Rio das Velhas de Sabará.

Segundo o historiador Vinicius Mata, nosso conterrâneo e colaborador, (apud e com consultas ao também historiador Cristiano João dos Reis), aos quais muito agradecemos, “a Capela de Nossa Senhora do Carmo do Pará ou Nossa Senhora do Carmo do Cajuru, filial da Matriz de Pitanguí, fica na atual Carmo do Cajuru, em terras que foram arrematadas em 1815 pelo Capitão Manoel Gomes Pinheiro, vindo da atual Desterro de Entre Rios. Ele faleceu em Carmo do Cajuru em 1825, deixando muitos filhos, a viúva e diversos genros e noras. Parte das terras também avançava na direção para as divisas de Carmo do Cajuru com os atuais Divinópolis e São Gonçalo do Pará.”

(2) Os bens inventariados de Pe. José Manoel, mediante comissão provisionada de louvados, todos estes de elevada reputação e renome local-regional, tramitariam/se estenderiam até 1848, conforme os autos de inventário processados no Termo da Vila de São José (Tiradentes), incluindo notificação, descrição, discriminação de herdeiros e bens. O testamenteiro José Marçal da Rosa Ribeiro, em petição de 16/11/1826, afirma serem os bens “...de pouca monta em razão de ter o testador (Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro) libertado todos os escravos e a paragem distante 8 léguas...”, requerendo ao Ouvidor Geral, Corregedor e Provedor dos Bens e Fazendas dos defuntos e ausentes, Dr. Francisco de Paula de Almeida e Albuquerque seja “servido dar comissão ao escrivão e, no seu impedimento, ao da Almotacaria para ir fazer o inventário com comissão para deferir os juramentos aos suplicantes e aos avaliadores de conceito para eleger louvadores vizinhos...”. Assim, comissões, em várias datas, receberam mandatos para discriminarem e avaliarem os mencionados bens. Erros de avaliação, enganos na medição e confrontação de terras, citações e manifestações formais de herdeiros (sobrinhos diretos de Pe. José Manoel ou cabeças de casal, alguns deles residentes em outras regiões), a divisão equitativa de terras protelaram, por anos, o mencionado inventário.

Dentre os avaliadores/loouvados e cidadãos outros direta e indiretamente, há nomes conhecidos da história são-tiaguense e regional, pessoas de reverenciada idoneidade e marcante prestígio social, como o Cap. Flávio José da Silva, Ten. Cel. Francisco Mendes de Almeida, José Manoel da Rocha, José de Souza Oliveira (pai do famoso sertanista Patricio Lopes de Souza), Joaquim Gaudêncio de Souza, Ten. Urbano Machado Valadão.

A afirmativa, no fundo um queixume, do testamenteiro quanto à alforria dos escravos por Pe. José Manuel, depauperando o patrimônio então legado, tem sua razão de ser. O ter escravos - e em qual quantidade e proporção - fixava a distinção econômica, dentro da estratificação social do regime escravista. Assim, a posse de escravos era, então, a medida de riqueza. “O escravo é a riqueza na sociedade da época e sua presença mais ou menos expressiva pode (...) ajudar a distinguir as regiões, segundo seu dinamismo” (Clotilde de Andrade Paiva – “População e economia nas Minas Gerais do século XIX” – tese/doutorado em História – FFLCH/USP, S. Paulo, 1996, pág. 97)

(3) José da Costa Fialho, avô materno de Pe. José Manoel, era natural da Freguesia de São Nicolau (Lisboa), filho de Manoel Francisco Feyo e Antonia Maria, naturais estes de Lisboa. José da Costa Fialho casou com Maria de Souza Delgado, natural de Olinda (PE), mudando-se o casal para São João Del-Rei.

Além de Inácia Caetana de Souza, mãe de Pe. José Manoel, o casal José da Costa Fialho e Maria de Souza Delgado teve os filhos: I – Pe. Francisco Xavier da Costa Fialho, natural da Freguesia de Olinda (PE), clérigo secular do Hábito de São Pedro (De Genere – 1776). O Pe. Francisco Xavier da Costa Fialho é, igualmente, figura ligada à história local, por ter, em nome do Bispo de Mariana, determinado/demarcado o local de construção da Capela de São Tiago (1761), bem como sua benzeção – Ver Box “A Capela”) II – Rita de Souza do Nascimento, batizada aos 08/09/1730 em S. João Del-Rei, c/c Domingos da Costa Guimarães; III – Ana Quitéria de Souza, c/c João Gonçalves de Mello, viúvo este de Maria Cleofa Bueno (ver Projeto Compartilhar – João Gonçalves de Mello).

**SOBRINHOS, LEGATÁRIOS OU
COMPRADORES DOS BENS
LEGADOS POR
PE. JOSÉ MANOEL**

Ao longo da leitura do Inventário de Pe. José Manoel, encontramos menção aos seguintes legatários, em sua maioria sobrinhos:

- Joaquim de Almeida e Silva e sua mulher Esmeria Margarida de Santana.
- José Vicente Ferreira.
- José Joaquim da Rocha.
- Antonio Rodrigues da Rocha.
- José Rodrigues da Rocha.
- José Rufino de Araújo.
- Joaquim Claudino dos Santos e sua mulher Bárbara.
- Joaquim Rosário e sua mulher Rita.
- Marcos José da Silva e sua mulher Maria Madalena.
- Joaquim Gaudêncio de Souza e sua mulher Bárbara Cândida do Amor Divino.
- João e José Francisco.
- João Gonçalves de Lara e Gois (Quartel Mestre).
- Joaquim Floriano Alves e sua mulher Rita.

NOTAS

I – O herdeiro Joaquim de Almeida e Silva, batizado na Capela de São Tiago aos 28/12/1872, era filho de José de Almeida e Silva e Ana Maria de Jesus. José de Almeida e Silva, por sua vez, era filho de Domingos da Costa Afonso e Maria de Almeida e Silva, doadores do patrimônio da paróquia de São Tiago e Sant'Ana. Joaquim de Almeida e Silva casou aos 24/09/1804 com Esmeria Margarida de Santana, sobrinha ela de Pe. José Manoel (Fonte: Projeto Compartilhar – Domingos da Costa Afonso).

II - Marcos José da Silva, Joaquim Claudino dos Santos e Joaquim Floriano Alves aparecem, no inventário, como herdeiros/sucessores de Joaquim Carlos Alexandre.

III – Coube aos legatários 44 alqueires de cultura “avaliados neste tempo a dez mil réis ao alqueire” e setenta e dois alqueires de campo, avaliados a cinquenta mil réis, perfazendo “o total de oitocentos mil réis que tanto importa os legados dos 16 legatários” O restante do patrimônio passaria à posse do testamenteiro/inventariante, o Alferes José Marçal da Rosa Ribeiro.

**DIVISAS DA FAZENDA DAS GAMELAS
QUINHÃO DESTINADO AOS
SOBRINHOS LEGATÁRIOS**

Os louvados, em termo de 26/08/1848, assim fixaram as divisas da Fazenda das Gamelas, área(s) destinada(s) aos sobrinhos/legatários de Pe. José Manoel: “...terreno unido e debaixo do círculo seguinte: principiando esta divisa na porteira do arraial de São Thiago, na estrada que vai para o Monte Alegre pelo valo à direita, até o córrego dos esbarrancados e por esta abaixo até encontrar o valo que divisa com terras do Capão Grosso até o Ribeirão do Monte Alegre e, por esse abaixo, até a Barra do Córrego que está no fundo do quintal e sítio que foi de João Baptista Guimarães e deste mesmo direito à casa e desta pelo espigão acima, águas vertentes, até o alto e deste procurando a estrada do Monte Alegre e cabeceiras das Tocas, sempre águas correntes, até o esbarrancado e deste rumo direito ao alto da pedreira e seguindo águas vertentes até a porteira deste mesmo arraial, onde teve principio esta divisão, ficando tudo o mais que excede ante o número de alqueires, segundo aceitação do inventário, pertencente ao herdeiro José Marçal da Rosa Ribeiro da fazenda do patrimônio do dito reverendo testador”.



**INFORMAÇÕES E OBSERVAÇÕES TRANSCRITAS DO
‘DE GENERE VITA ET MORIBUS’
DE PE. JOSÉ MANOEL DA ROSA RIBEIRO**

(pesquisadora: Edriana Aparecida Nolasco diretamente do Arquivo Eclesiástico de Mariana – Proc. nº 1239 – Armário 07).

Pai: José Ribeiro de Carvalho, português, nascido aos 05/11/1694, natural da Freguesia da Vila Cham de Marão, Comarca de Vila Real, Arcebispado de Braga.

Mãe: Ignácia Gaetana de Souza, natural da Freguesia de Corpo Santo, Vila de Recife, Arcebispado de Pernambuco. D^a Ignácia era irmã do Pe. Francisco Xavier da Costa Fialho.

Avós paternos: Pedro João (vulgo “Cortes”), natural da Freguesia de Campanha, Conselho do Monte e D^a Maria Coelho, natural da Freguesia de São Salvador de Ludrei, Comarca de Vila Real, Arcebispado de Braga.

Avós maternos: José da Costa Fialho, natural da Freguesia de São Nicolau, Patriarcado de Lisboa e D^a Maria de Souza Delgada, natural da Freguesia de Olinda, Bispado de Pernambuco.

DE GÊNERO

12/11/1761 – Patrimônio – José Manoel da Rosa Ribeiro, clérigo in minoribus, para receber/habilitar-se às ordens sacras até presbítero, afirma, às autoridades eclesiais da Diocese de Mariana, ser morador na Comarca do Rio das Mortes, “senhor e possuidor de uma sesmaria” de meia légua em quadra, que consta “de terras de matos” virgens e capões de terras de planta, com seus logradouros de campos com casas cobertas de telhas com seu moinho corrente e moenda e assim mais casa de paiol e senzalas cobertas de capim com seu bananal na Paragem de Santo Antonio do Rio do Peixe, rio acima do Termo da Vila de São José e da mesma Comarca...” “...também senhor possuidor de dois escravos por nomes Francisco Angola e Anacleto Mina, dos que lhe fizeram doação seu tio, o Padre Francisco Xavier da Costa Fialho, que dos ditos bens estava de posse mansa e pacificamente, sem contradição de pessoa alguma (...) A dita sesmaria com seus pertences e benfeitorias, segundo o estado em que se achavam 800\$000; os dois escravos 250\$000 Total 1.050\$000”.

Inúmeros moradores foram suas testemunhas, dentre elas alguns membros da família “Costa Afonso” (a esse respeito, ver matéria em nosso boletim nº CV, Junho/2016), Gonçalo da Costa Afonso, morador no Capão Grosso, 20 anos +/- diz saber “pelo ver e pelo notório que o habilitando José Manoel da Rosa Ribeiro é senhor e possuidor de uma sesmaria de meia légua em quadra que consta de matos virgens e capões de terra de planta nesta Paragem de Santo Antonio do Rio do Peixe...”; Manoel da Costa Afonso, morador no Jacaré, 37 anos, vivendo da roça; João da Costa Afonso, morador no Capão Grosso, 19 anos +/-, depoimento datado de 12/11/1761

Pode-se observar claramente que, ao final de 1761, o arraial (depois São Tiago) era ainda conhecido, mesmo nos registros eclesiais, como “Paragem de Santo Antonio do Rio do Peixe”, sem nenhuma menção à Capela de São Tiago e Sant’Ana (ver Box), edificada, segundo a tradição, a partir de 1761.

A Capela

“Com a iniciativa dos aplicados da Capela de São Tiago Maior e Sant’Ana, moradores entre o Rio do Peixe e o do Jacaré, auspiciosamente começa a vida religiosa da povoação nascente.

Efetivamente, na folha 21 do livro de Registro Geral arquivado na Cúria Metropolitana de Mariana, confirmando-o, se encontra o seguinte:

“Dom Frei Manuel da Cruz, da Ordem do Dr. Melifluo São Bernardo, por mercê de Deus e da Santa Sé Apostólica, primeiro bispo deste Bispado de Mariana, do Conselho de S. Magestade Fidellissima etc, Fazemos saber que, atendendo Nós ao que, por sua petição retro, nos enviarão a dizer os moradores do Rio do Peixe e do Jacaré e suas vizinhanças; havemos por bem conceder licença, como pela presente nossa Provisão, para que possam erigir hua Capella com a invocação de São Thiago Maior de Sant’Anna na paragem que lhes determinar o Padre Francisco Xavier da Costa Fialho, a qual será em tudo na forma da Constituição, com a cláusula de que, no termo de três mezes, assinarão por si ou seu procurador, termo de sujeição na nossa Camara Episcopal, em a qual se sujeitem à nossa jurisdição e dos nossos sucessores; a qual Capella será fabricada de materiais perduráveis, com boa proporção e architectura e, ao depois de erecta e decentemente paramentada com os ornamentos das quatro cores que mandão as rubricas do missal e nossa Igreja e mais cousas necessárias e feito o patrimônio suficiente, recorrão a Nós para o mandarmos visitar e benzer na forma do Ritual Romano e nela se poder celebrar, sem prejuízo dos direitos parochiais e da Fábrica da Matriz; como também concedemos licença ao mesmo Revdo. Pe. Francisco Xavier da Costa Fialho para que determine e assinale terreno para adro da dita Capella com largura e capacidade que o lugar permitir, visto ser de utilidade a todos os moradores circunvizinhos, o qual adro será ou cemitério será cercado de forma que não entrem animais e outrossim, depois de demarcado o poderá o mesmo Revdo. Padre benzer na forma do Ritual Romano, e será registrada esta onde pertencer. Dada e passada nesta cidade de Mariana, sob nosso sinal da Chancellaria e sello de nossas Armas aos dois de Dezembro de 1761. Eu, Antonio Monteiro de Noronha, Escrivão ajudante da Camara Episcopal escrevi. Estava a rubrica de S. Excia. Revma. no lugar do sello” (Fonte: Augusto das Chagas Viegas, “Noticia Histórica do Municipio de São Tiago”, págs. 8 a 9).

Páginas adiante, Augusto Viegas corrobora o fato “...o Pe. Francisco Xavier da Costa Fialho que, por determinação da Cúria em 1761, escolheu o lugar para a construção da primeira capela, delimitou o terreno para o “adro ou cemitério” e benzeu tanto aquela como este...” (op. cit. pág. 13).

(Sobre Pe. José Manoel da Rosa Ribeiro ver matérias em nosso boletim nº XIV - Nov/2008.

Sobre Capelães de São Tiago ver ainda matéria em nosso boletim nº CXXIII - Dez/2017.



SANTIAGUENSES NOTÁVEIS

Sr. José Silva nasceu na antiga Bomba, próximo à área do atual Parque de Exposições, filho do Sr. Sílvio Augusto e D. Maria Rita, a D. Ritinha.

Foi casado com a Sra. Ana Clara de Jesus, a Donana. Tiveram vinte filhos, dos quais oito sobreviveram: Antônio Augusto de Paula, o Juca; Maria Cecília de Paula, a Má; José Augusto de Paula Filho, o Zazá; Antônia Matilde da Silva, Antônio Aladir de Paula, Antônia Analadir de Paula, Antônia Salete de Paula e Antônio Fernando de Paula, o Antônio Luz.

Sr. José Silva foi um homem simples, sociável, prestativo. Sua característica principal era a alegria de viver e estar sempre no meio dos outros. Levava a vida com leveza e prazer.

Sustentou sua família trabalhando de bombeiro eletricista, na bomba de água, no mesmo terreno onde nascera. Como em São Tiago, que ainda era distrito de Bom Sucesso, não havia banco, ia a pé, mensalmente, receber seu salário na Prefeitura Municipal daquela cidade.

Depois da emancipação político-administrativa do distrito, Sr. José Silva continuou trabalhando no mesmo local: ligava as bombas que jogava a água até a principal caixa d'água localizada no Cruzeiro, próximo à casa do Sr. Jairo. De lá a água era distribuída em torneiras situadas estrategicamente nas ruas da cidade e nas poucas casas que possuíam água encanada.

Além da profissão de bombeiro hidráulico e eletricista, Sr. José Silva foi ferreiro, profissão que aprendeu com o Sr. Nelson Resende, filho do Sr. José Augusto de Resende. Foi também folheiro: fazia lamparinas, torradeiras, candeeiros, bacias e ferramentas usando materiais recicláveis e disponíveis. Ainda usava algum do seu tempo para fabricar colchão de capim.

Era autodidata: se interessou e aprendeu a ser eletricista quando foi criada a pequena usina hidrelétrica que fornecia luz para a sede do distrito de São Tiago.

Bondoso, prestativo, respeitoso e dedicado andava sempre pelas ruas da pequena cidade levando um bernal no ombro onde continha todas as ferramentas necessárias para reparos em redes elétricas ou hidráulicas nas residências. Consertava encanamentos, torneiras, entupimentos, ligações elétricas, tomadas e fios, serviços que eram prestados gratuita e voluntariamente às famílias. Entrava e saía em todas as casas dizendo euforicamente: “Tô chegando”... “Tô saindo”. Às vezes, muito raramente, aceitava um agrado da dona da casa: um café com biscoitos, um prato de coalhada com açúcar – como ele gostava de coalhada! – sabão preto, queijo, ovos ou alguns biscoitos e broas que levava para a família.

Quanto ao lazer, um deles era ir ao baile para tocar banjo. Tinha como distração plantar roça de milho, arroz e feijão, profissão que aprendeu na fazenda do Sr. Américo de Castro, onde, quando criança, praticamente morou com seu pai em rancho de capim.

Como gostava de plantar, na época da capina do milho era convidado para o mutirão: fazia parte de um grupo de, em torno de vinte homens, que vinham caminhando em trilhos com as enxadas nas costas para capinar a roça. Em duas horas estava tudo limpo. Seguiam então para a fazenda onde era servido o jantar: arroz, tutu de feijão e frango com macarrão. Depois a melhor parte: eram colocados à mesa tachos fumegantes de arroz-doce. Terminada a farta alimentação, vinha o momento de começar o animado baile no terreiro da fazenda só terminando ao raiar do dia.

Alguns companheiros não podiam esperar o jantar. Sr. José Silva fazia questão de negociar com a esposa do fazendeiro e levar-lhes, no dia seguinte, uma prova do arroz-doce. A distribuição nas casas dos companheiros ficava por conta de seus filhos, ainda crianças.

Homem muito estimado por todos, não havia na cidade ninguém que não o conhecesse. Todos elogiavam seu caráter, seu profissionalismo, sua alegria, sua humildade, sua disposição em servir.

Exemplo de fé, desprendimento, solidariedade, sabedoria e simplicidade deixa-nos seu testemunho de homem sério que soube valorizar e partilhar o pouco que a sociedade pôde lhe oferecer.

JOSÉ AUGUSTO DE PAULA (SR. JOSÉ SILVA)



★ 07/09/1907 – São Tiago

† 20/09/1980 – São Tiago

Mercês de Á. Limpa, fevereiro / 2018.

Pesquisa: Antônio Augusto de Paula (Juca). Carlita Maria de Castro e Coelho.

ABRAHAM HAROLD MASLOW

ALGUNS PENSAMENTOS DE MASLOW

Abraham Harold Maslow é conhecido psicólogo norte-americano, celebrado pela “proposta hierárquica das necessidades” ou “Teoria da Hierarquia das Necessidades”. Nasceu no Brooklin, Nova York, aos 01 de abril de 1908 e faleceu em Menlo Park, Califórnia, aos 08 de junho de 1970. De família judia russa, levou uma infância muito pobre, sendo ele o mais velho dos sete irmãos.

Atuou em várias instituições de renome como o MIT onde fundou o Centro de Pesquisas “National Laboratories for Group Dynamics”. Estudou direito no City College of New York (CCNY), interessando-se depois por psicologia, tendo cursado, para tal, a Universidade de Wisconsin, onde também fez mestrado e doutorado. Estudou com afinco inúmeras correntes da psicologia, como psicanálise, Gestalt e humanista. Trabalhou em pesquisas sobre a sexualidade humana na Universidade de Columbia com o prof. E.L. Thorndike. Responsável ainda pela publicação da “Revista de Psicologia Humanista” em parceria com Anthony Sutich, pioneiro nos estudos de psicologia transpessoal.

A teoria mais famosa de Maslow é a da “Hierarquia das Necessidades” segundo a qual as necessidades fisiológicas estão na base das outras: segurança, afetividade, estima e realização pessoal. Tornou-se igualmente célebre por suas pesquisas sobre conflitos, realizadas em Connecticut com grupos de negros e judeus.

- O que é necessário para mudar uma pessoa é mudar sua consciência de si mesma.
- Um músico deve compor, um artista deve pintar, um poeta deve escrever, caso pretendam deixar seu coração em paz. O que um homem pode ser, ele deve ser. A essa necessidade podemos dar o nome de auto realização.
- O homem criativo não é um homem comum ao qual se acrescentou algo. Criativo é o homem comum do qual nada se tirou.

• Para quem só sabe usar martelo, todo problema é um prego.

• Experimente a vida como fazem as crianças, com total entrega e concentração. Experimente algo novo ao invés de prender-se ao que é seguro e certo. Ouça seus próprios sentimentos para avaliar as experiências ao invés da tradição ou da autoridade ou da maioria. Seja honesto: evite fingimentos ou “jogos”. Esteja preparado para ser impopular se suas opiniões não coincidirem com as da maioria. Assuma responsabilidades. Trabalhe muito por tudo que decidir fazer. Procure identificar suas defesas e tenha coragem de abrir mão delas.

• Há sempre a escolha entre voltar atrás para a segurança ou seguir em frente para o crescimento. O crescimento deve ser escolhido uma, duas, três e infinitas vezes; o medo deve ser superado uma, duas, três e infinitas vezes. Podemos escolher recuar em direção à segurança ou avançar em direção ao crescimento. A opção pelo crescimento tem que ser feita repetidas vezes. E o medo tem que ser superado a cada momento.

• Se você planeja ser qualquer coisa menos do que aquilo que você é capaz, provavelmente você será infeliz todos os dias de sua vida.

• A história da humanidade é a história de homens e mulheres se vendendo barato.

A Pirâmide de MASLOW Teoria de Necessidade



Necessidades Fisiológicas – são relacionadas às necessidades do organismo e são a principal prioridade do ser humano. Entre elas estão respirar e se alimentar. Sem essas necessidades supridas, as pessoas sentirão dor, desconforto e ficarão doentes.

Necessidades de Segurança – envolve a estabilidade básica que o ser humano deseja. Por exemplo: segurança física (contra violências), segurança de recursos financeiros, segurança da família, de saúde, emprego, moradia etc.

Necessidades Sociais – Com as duas primeiras categorias supridas, passa-se a ter necessidades relacionadas à atividade social como amigos, aceitação social, suporte familiar, amor etc

Necessidades de Status e Estima – Todos gostam de ser respeitados e bem vistos. Este é o passo seguinte na hierarquia das necessidades: ser reconhecido como uma pessoa competente e respeitada, o que em alguns casos, leva a exageros como arrogância, prepotência e complexo de superioridade.

Necessidade de Auto-Realização – É uma necessidade instintiva ao ser humano. Todos gostam de sentir que estão fazendo o melhor com suas habilidades e superando desafios. As pessoas neste nível de necessidades gostam de resolver problemas, possuem senso de moralidade e gostam de ajudar aos outros e à coletividade. Suprir essa necessidade equivale a atingir o mais alto potencial da pessoa.

MARTIN LUTHER KING JR

- 1968 - 2018 -
50 anos de falecimento

Martin Luther King Jr foi um renomado pastor protestante e ativista político norte-americano, um dos mais célebres e mais importantes líderes do movimento dos direitos civis dos negros nos Estados Unidos e no mundo.

Nasceu em Atlanta, Georgia aos 15/01/1929, filho e neto de pastores batistas e faleceu assassinado aos 04/04/1968 em Memphis, Tennessee (EUA). Era o 2º filho do casal Martin Luther King Sr e Alberta Williams King (entre a irmã mais velha Willie e o irmão mais novo Alfred Daniel). Casado em 1953 com Coretta Scott King, tendo os filhos Martin Luther King III, Yolanda King, Dexter Scott King e Bernice King.

Martin Luther King Jr era formado em Sociologia no Morehouse College (1948), em Teologia pelo Seminário Teológico Mozer (1951) e doutorado em Filosofia pela Universidade de Boston (1955). Recebeu o Prêmio Nobel da Paz (1964).

Liderou inúmeras passeatas e movimentos contra a desigualdade e segregação racial nos Estados Unidos, conseguindo liberar o acesso integral de negros a ônibus, parques, bibliotecas, lanchonetes. Em 1957 fundou a Conferência da Liderança Cristã do Sul, organizando campanhas pacifistas em prol dos direitos civis dos negros, com base na filosofia da não-violência (ahimsa) pregada pelo líder indiano Mahatma Gandhi e ainda pelo pensador Henry David Thoreau⁽¹⁾. Em 1963, liderou a famosa "Marcha sobre Washington", reunindo cerca de 300 mil pessoas, oportunidade em que proferiu seu célebre discurso "I have a dream" (Eu tenho um sonho), descrevendo uma sociedade em que todos os homens possam viver harmoniosamente.

Sua luta estendeu-se ainda aos movimentos contra a pobreza e a guerra do Vietnã, tendo proferido outro notável discurso "Além do Vietnã" (1967). Recebeu inúmeras homenagens póstumas, dentre elas a Medalha Presidencial da Liberdade (1977), a Medalha de Ouro do Congresso Americano (2004). Centenas de ruas levam o seu nome nos Estados Unidos e em outros países. Homenageado ainda com feriado nacional – o Dia de Martin Luther King Jr – que ocorre na terceira segunda-feira do mês de janeiro, mês de seu nascimento.

Sua fulgurante trajetória foi interrompida por um tiro, disparado por um segregacionista, no dia 04/04/1968, na sacada de um hotel na cidade de Memphis, cidade em que Luther King se achava para apoiar uma greve de lixeiros.

NOTAS

(1) *Sobre Mahatma Gandhi ver matéria em nosso boletim n. CXXVI, março/2018*
Sobre Henry David Thoreau ver matérias nos nº CXXI - Out/2017.

Frases e pensamentos de Martin Luther King Jr

• A escuridão não pode expulsar a escuridão; apenas a luz pode fazer isso. O ódio não pode expulsar o ódio; só o amor pode fazer isso.

• A verdadeira medida de um homem não se vê na forma como se comporta em momentos de conforto e conveniência, mas em como se mantém em tempos de controvérsia e desafio.

• Aprendemos a voar como os pássaros e a nadar como os peixes, mas não aprendemos a conviver como irmãos.

• O perdão é um catalisador que cria a ambiência necessária para uma nova partida, para um reinício.

• Uma das coisas importantes da não violência é que ela não busca destruir a pessoa, mas transformá-la.

• Temos de aprender a viver todos como irmãos ou morreremos todos como loucos.

• Todo o progresso é precário e a solução para um problema coloca-nos diante de outro problema.

• O tumulto é a linguagem daqueles que ninguém entende.

• A injustiça num lugar qualquer é uma ameaça à justiça em todo o lugar.

• O que me preocupa não é o grito dos maus. É o silêncio dos bons.

• Se um homem não descobriu nada pelo qual morreria, não está pronto para viver.

• No final, não nos lembraremos das palavras dos nossos inimigos, mas do silêncio dos nossos amigos.

• Pouca coisa é necessária para transformar inteiramente uma vida: amor no coração e sorriso nos lábios.

• É melhor tentar e falhar, que preocupar-se e ver a vida passar. É melhor tentar, ainda que em vão que sentar-se, nada fazendo até o final. Eu prefiro caminhar na chuva que em dias frios me esconder em casa. Prefiro ser feliz embora louco que viver em conformidade.

• É errôneo servir-se de meios imorais para alcançar objetivos morais

• Se soubesse que o mundo se desintegraria amanhã, ainda assim plantaria a minha macieira.

• O que vale não é o quanto se vive, mas como se vive

• Nós não podemos nos concentrar somente na negatividade da guerra, mas também na positividade da paz.

• Nós não somos o que gostaríamos de ser. Nós não somos o que ainda iremos ser. Mas, graças a Deus, não somos mais quem nós éramos

• Suba o primeiro degrau com fé. Não é necessário que você veja toda a escada. Apenas dê o primeiro passo.

• Saiba que seu destino é traçado pelos seus próprios pensamentos e não por alguma força que venha de fora. O seu pensamento é a planta concebida por um arquiteto para construir um edifício denominado prosperidade. Você deve tornar o seu pensamento mais elevado, mais belo e mais próspero.

• Cada dia é o dia do julgamento e nós, com nossos atos e nossas palavras, com nosso silêncio e nossa voz, vamos escrevendo continuamente o livro da vida. A luz veio ao mundo e cada um de nós deve decidir se quer caminhar na luz do altruísmo construtivo ou nas trevas do egoísmo. Portanto, a mais urgente pergunta a ser feita nesta vida é: O que fiz hoje pelos outros?

• Se não puder voar, corra. Se não puder correr, ande. Se não puder andar, rasteje, mas continue em frente de qualquer jeito.

• Eu guardei muitas coisas em minhas mãos e perdi todas; mas todas que coloquei nas mãos de Deus, essas eu ainda possuo. Quando pousar a cabeça no seu travesseiro, lembre-se de guardar somente as coisas boas que te aconteceram hoje; assim você ficará com o coração leve e cheio de lindas lembranças.





EXTORSÃO À SOLTA E HÁ SÉCULOS...

Por se rebelar contra a cobrança do quinto (imposto de 20%) e a prática da derrama⁽¹⁾. Tiradentes foi executado pela Coroa Portuguesa no dia 21 de abril de 1792. Hoje, o Estado brasileiro arranca em torno de 40% sobre tudo o que produzimos ou seja o dobro do que era exigido à época de Tiradentes. Todo o dinheiro extraído acintosamente da população serve para pagar serviços da astronômica dívida pública, altos salários e mordomias de privilegiados, para ser pilhado aos bilhões por políticos, empreiteiros, funcionários públicos corruptos, parasitas e por aí afora. Desperdícios, má gestão, fraudes, eis o que se ouve dizer à larga. Para a educação, saúde, segurança, atenção social, saneamento, tão só migalhas...

O Estado utiliza-se de toda forma e com força total para impor pagamentos – eis a nossa absurda carga fiscal-tributária – dentro da relação medieval senhor/vassalo e que as estruturas jurídicas modernas pouco suavizaram. Somos um povo explorado e extorquido. A Coroa Portuguesa foi – e é ainda – a grande mestra de nossos tributistas, legisladores e administradores, ávidos pela arrecadação a qualquer custo, não importando a capacidade contributiva da sociedade⁽²⁾. Não interessava à Coroa, sequer ao Estado atual, benefícios ou retornos objetivos à população e sim o custeio das despesas reais, geralmente supérfluas, incoerentes.

A tirania fiscal, geralmente acoplada à corrupção endêmica, é uma violação aos direitos fundamentais da pessoa humana e uma afronta ignominiosa aos interesses sociais. “Não são só os ladrões, diz o santo, os que cortam bolsas ou espreitam os que vão se banhar para lhes colher a roupa; os ladrões que mais própria e dignamente merecem este título são aqueles a quem os reis encomendam os exercícios e legiões; ou o governo das províncias ou a administração das cidades, os quais já com manha, já com força, roubam e despojam os povos. Os outros ladrões roubam um homem, estes roubam cidades e reinos; os outros furtam debaixo do seu risco; estes sem temor nem perigo; os outros, se furtam, são enforcados; estes furtam e enforcam” (Pe. Antonio Vieira – “Sermões – O Sermão do bom ladrão”, vol. V, Lello & Irmão Ed. p. 69)

Segundo Andrew Lobacewsky, somos uma sociedade controlada e administrada por “patocratas”, pessoas e/ou grupos psicologicamente criminosos, imunizados por leis e privilégios, cuja preocupação é o poder pelo poder, levando as administrações e instituições públicas à pilhagem, à ruína. Os argumentos dessas pessoas ou movimentos são retóricos, capciosos, travestidos de partidos políticos, ideologias tipo “socialistas”, porém com objetivos de domínio, anestesiamento e esbulho da sociedade (Livro “Ponerologia: psicopatas no poder”).

NOTAS

(1) Derrama – cobrança violenta e compulsória dos impostos em atraso, de todos os cidadãos, fossem devedores ou não. Não sendo pagos os tributos atrasados, a moradia, equipamentos de trabalho, tudo o que os mineiros possuísem, seriam confiscados e vendidos pelas autoridades coloniais, de forma a se quitar o débito.

(2) Autores como Fernando José Amed e Plínio Negreiros opinam que, ao buscar explorar opressivamente a riqueza de sua colônia brasileira – a fim de fazer face a seu déficit na balança comercial com a Inglaterra – Portugal provocou insurreições e movimentos emancipacionistas, como a Conjuração Mineira. Fez grassar ainda uma cultura patrimonialista, o descompromisso em se preservar o interesse público, consolidando-se uma casta de servidores e administradores públicos corruptos, despreparados, o que se estendeu ao longo de toda a administração estatal brasileira (“História dos tributos no Brasil”, Ed. Nobel, 2000, p. 142)

Os tributos, dessa forma, servem não para cobrir gastos efetivos de interesse coletivo, mas para alimentar uma máquina pública inchada, não transparente, burocrática, corrupta, sob a chefia de uma classe política e de empresários alienados, preocupados com o contexto social e anseios da população. Cobram-se tributos unicamente com base na lei ou seja a obrigação de pagar tem como causa a própria lei, e somente com propósitos de tapar os sempre furados e roubados cofres públicos. Criou-se um campo de batalha: de um lado o invasor (o Estado invasor, odiado) e de outro o cidadão indefeso, “bucha de canhão”, que reage, muitas vezes, com a irrisignação, a revolta, a sonegação.

MENSAGEM PARA VOCÊ

Um sitiante estava cansado daquela vidinha da zona rural e não conseguia encontrar satisfação em nada do que tinha ou fazia.

Reclamava sem motivos aparentemente até da esposa e dos filhos que tanto amava. No auge do desânimo o pobre homem decidiu vender o sítio da família e partir para a capital mineira, uma cidade grande e muito movimentada.

Sendo amigo de um talentoso poeta, lhe pediu que redigisse um texto para anunciar nos classificados do jornal da cidade. O anúncio dizia assim:

VENDE-SE UMA ENCANTADORA PROPRIEDADE NAS AREAS MAIS ABENÇOADAS DA REGIÃO. LÁ, DIANTE DA MAIS BELA PAISAGEM, SE PODE OUVIR O CANTO DOS PÁSSAROS, QUE REVOAM SOBRE O PERFUME DO ARVOREDO. CORTADO POR UM MAGESTOSO RIACHO DE ÁGUAS CRISTALINAS, AS TERRAS SÃO TÃO FÉRTEIS QUANTO A IMAGINAÇÃO DAS CRIANÇAS, QUE POR ELA CORREM FELIZES E CHEIAS DE SONHOS. A CASA DIARIAMENTE BANHADA PELO SOL NASCENTE É SIMPLESINHA, MAS MUITO BEM CUIDADA POR UMA FAMÍLIA ZELADORA. QUEM COMPRAR ESSE SÍTIO PODERÁ ALÉM DE TUDO, GOZAR DA ALEGRIA DE ADMIRAR O POR DO SOL SENTADO EM SUA VARANDA, QUE É ACOLHEDORA E INSPIRA A REUNIÃO DE PARENTES E AMIGOS, PARA UMA PROSA AGRADÁVEL AO SOM DE UMA VIOLA E AQUELE CAFEZINHO. QUEM COMPAR ESSE SÍTIO SERÁ UMA FAMÍLIA PRÓSPERA E FELIZ, POIS TERÁ UM SÍTIO QUE É UM PEDACINHO DO CÉU.

Meses depois, o poeta encontra o amigo na rua e lhe pergunta se conseguiu vender o sítio.

O sitiante meio constrangido e muito emocionado, com lágrimas nos olhos lhe respondeu: “Meu prezado amigo depois de ler o anúncio que você escreveu, percebi que, estava jogando fora toda aquela maravilha que eu tinha, incluindo o amor de minha família. Resolvi ficar com o sítio e aprendi uma grande lição: a gente não precisa perder o que tem de bom, para perceber que não sabia dar valor às bênçãos de Deus...

Mas se tomarmos cuidado, é isso mesmo que acontece”.

(Texto que nos foi gentilmente encaminhado pelo Sr. Antonio Carlos – Cacalo, nosso distinto amigo e leitor residente em Morro do Ferro a quem muito agradecemos.)

Circula na internet um texto análogo, autoria atribuída ao poeta Olavo Bilac e que reproduzimos a seguir:

OLAVO BILAC E O HOMEM QUE QUERIA VENDER O SÍTIO

Um comerciante, amigo do grande poeta Olavo Bilac, queria vender um sítio.

- Amigo, você que sempre me visita e conhece bem meu sítio, poderia redigir um anúncio de venda, para que seja publicado no jornal?

Aceitando o pedido, com completa disposição, Bilac pegou o papel e redigiu o anúncio: “Vende-se um lindo sítio, afastado da cidade, onde você vai gozar descanso e felicidade. Tem pomar que o ano todo é o salão onde as aves executam seus gorjeios em sinfonias suaves e as falenas, no canteiro, adejam entre os agaves. Tem, no silêncio da noite, a lua mostrando recato, quando a brisa deleitosa embala as plantas do mato e a relva dorme escutando o acalanto de um regato. Sua casa proporciona um conforto permanente e é, pela manhã, banhada nos rios do sol nascente. A varanda, à tarde, tem uma sombra envolvente...”

Terminada a redação do texto, o poeta entregou o anúncio ao amigo. Passado algum tempo, se encontraram novamente, quando o poeta perguntou:

- Amigo, vendeu o sítio no valor correspondente?”

O comerciante respondeu: - “Estimado Bilac, nem pensei mais nisso. Quando li aquele anúncio, desisti, na mesma hora, de vender o meu paraíso!”

Às vezes, alguém chega para nós, e, com a palavra certa, com a observação adequada muda nosso ângulo de visão, faz-nos quebrar os paradigmas e, entendemos que certas coisas de que tanto precisamos e achamos não ter, estão bem do nosso lado...

A AUTORIZAÇÃO EPISCOPAL

Casamento marcado, a data se aproximando célere, todas as providências tomadas – enxoval, convites, cerimonial religioso, escrivão à espera para o civil, comes e bebes provisionados à farta. Um acontecimento memorável, que orgulhava a todos. Os noivos, primos em 1º grau, aguardavam, ansiosos, a autorização episcopal – “dispensa” era o termo utilizado – e que viria, então, do S. Eminência D. Antonio dos Santos Cabral, Arcebispo de Belo Horizonte⁽¹⁾. São Tiago, naqueles idos tempos, princípios do século XX, era paróquia jurisdicionada à Arquidiocese da Capital mineira. Pedido para lá remetido, há meses, contando com o acompanhamento de nosso conterrâneo José Navarro, odontólogo por profissão, residente e com tradicional clínica em Belo Horizonte ali gozando de considerável influência e contatos sociais, inclusive junto ao Arcebispo.

O sistema de correios, à época, era precário.. Éramos servidos por estafetas que levavam e traziam correspondências, locomovendo-se a cavalo, no lombo do burro, daqui até as estações ferroviárias de Congo Fino, Bom Sucesso, Ibitutinga⁽²⁾. Serviços esses geralmente, uma vez por semana, estendendo-se até a quinzena ou até mais, mormente à época das chuvas, quando os rios transbordavam e os caminhos se tornavam imensos atoleiros. Estafetas e mesmo pessoas que iam ou vinham daquelas estações eram inquiridos se não traziam a tão esperada correspondência do Sr. Arcebispo. Nada. Nenhum sinal do documento. Tempos em que não havia telefone, ligação direta com a Capital mineira e até os contatos com nosso conterrâneo José Navarro se escassearam. E Pe. José Duque, o celebrante, fora bem claro que, sem a “dispensa”, não teria casamento!

J.A.R, irmão da noiva, chega praticamente às vésperas do enlace. Retornava de uma de suas inúmeras viagens de negócios, pois era marchante de gado por muitos rincões, por essas muitas Minas Gerais. Encontra um clima sepulcral. A irmã em lágrimas, pessoal da família todos tensos, pois tudo preparado para o casório e nada de aparecer a autorização do sr. Arcebispo. J.A.R analisa a situação. Era necessário tomar-se alguma providência e... rápida! Para ontem, na acepção popular. Prepara a besta e silenciosamente, sem maiores comentários, madrugada cheia, dirige-se à Estação de Congo Fino. Umas dez léguas, o que para ele, homem acostumado a longas viagens e intempéries pelos sertões, chapadões e principalmente Zona da Mata e outras fronteiras mais, na condução de tropas e boiadas com destino ao Rio de Janeiro, era tarefa fácil, “café pequeno”...

Chegado à estação, Informa-se inicialmente no guichê de correios se havia alguma correspondência, oriunda de Belo Horizonte dirigida ao Revmº Pe. José Duque ou aos noivos. Negativo, eis a resposta do funcionário. J.A.R dirige-se ao chefe daquele setor. Um senhor de meia idade, fisionomia benevolente. Identifica-se, expõe-lhe – aliás, encena-lhe a dramática situação: casamento todo preparado, quitandas saindo dos fornos, tachos fumegantes com iguarias para o banquete, café cheirando a fresco, noivos prontos, nos trinques, cartório e igreja preparados, padrinhos na expectativa, convidados às dúzias, vindos de longe, chegando dos mais variados recantos e sertões, o celebrante praticamente já esperando na igreja... A angústia dos noivos e familiares ...E tudo poderia ir por água abaixo, se não aparecesse, ainda que num passe de mágica, a tal “dispensa”. Tudo, sonhos, aspirações, alegrias dos noivos, namoro e noivado antigos, preparativos de meses, à espera de uma formalidade... E, quem sabe, o documento tanto esperado poderia até ter se extraviado!

JAR, homem insinuante, convincente, habilidoso na argumentação, sóbria prosódia, acostumado a negócios e negociações por esse mundo de ver Deus, notifica ao chefe, ali à sua frente: - O senhor é a única pessoa que pode resolver isso...

- Eu?! Mas como?!

- Providenciando um telegrama em nome do Senhor Arcebispo...

- Não posso fazer isso...

- Pode, sim, meu amigo. E muito. Apenas algumas palavras soltas num papel... Ninguém, muito menos o senhor, vai assinar nada... Um ato cristão, nobre, meu amigo... Até o senhor, como exemplar chefe de família, poderia estar numa situação delicada, aflitiva como essa...

Por sob o monóculo utilizado pelo chefe, para ajudá-lo no serviço de lide diuturna no manuseio de uma parafernália de papéis e letras, o homem resiste por algum tempo, mas acaba por condoer-se. – Vou ver o que posso fazer. Solicita por extenso os nomes dos noivos. Dirige-se ao telex e digita uma curta mensagem – um agrupado de letras - do Arcebispo de Belo Horizonte e endereçada ao Pároco de São Tiago, autorizando o enlace dos primos.

Ao entardecer, J.A.R apeia à porta da casa da família (todos sumamente preocupados com sua súbita ausência) e esclarece: - Se havia algum empecilho, agora não há mais. Eis aqui o telegrama de Dom Cabral...

Levado o texto até Pe. José, este, arguto, com condescendência, comenta marotamente,: - Ah, sim.... Esse veio diferente, mas já podemos fazer o casamento...

Dali a dias, casamento já realizado, cônjuges em lua de mel, chega o documento oficial do Sr. Arcebispo. Timbrado, chancelado, com todo o peculiar linguajar litúrgico, assinado, pomposo, canônico em todos os detalhes... Pe. Jose observa-o, lê com toda a malícia e verve que lhe eram características, enquanto solta uma estrondosa gargalhada:

- Duas autorizações., ora sim!... Casamento consagrado, bem sacramentado esse...

NOTAS

1 – D. Antonio dos Santos Cabral (Propriá/SE 08/10/1884-Belo Horizonte 15/11/1967) tomou posse como o 1º arcebispo de Belo Horizonte em 01/02/1924. Antes de ser transferido para a Capital Mineira, fora bispo de Natal/RN. O termo ou expressão era a “dispensa de impedimento de consanguinidade” quando os noivos eram consanguíneos, no caso primos em 1º grau.

2 -Castanheira Filho em sua obra “História de Bom Sucesso” afirma: “Antigamente, não havendo meios de comunicação, a nossa pequena correspondência era apanhada em Barbacena por um contratado especial, o sr. Antonio Rodrigues, que a trazia a cavalo, de tantos em tantos dias. Depois esse serviço era feito em São João del-Rei, indo buscar a mala de nossa correspondência e levar a nossa, outro encarregado, o sr. Vicente Araújo, também a cavalo. Passava ele por São Tiago, onde deixava a mala de lá. Ao entrar aqui na cidade, tocava uma campainha, avisando ao povo que o correio estava chegando. E os interessados iam a determinado ponto buscar suas cartas e jornais. Com a inauguração aqui da Estrada de Ferro, em 1886, foi criada a agência postal, melhorando muito o serviço, que passou a ser diário, pois a correspondência vinha diretamente pelo estafeta da Estrada e era recebida na Estação local” (pág. 160, op.cit).

É bom ressaltarmos que São Tiago, por força da Lei nº 1883, de 15/07/1872, foi incorporado a o município de Bom Sucesso, vindo a emancipar-se, por sua vez, nos termos da Lei nº 336, de 27/12/1948.

Sobre a história dos Correios em São Tiago, recomendamos a leitura da matéria “Clara Maria Alvim – História de uma são-tiaguense – Você sabe quem foi a Sá Clara?”, publicada em nosso boletim nº X – julho/2008.